



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

ANO XXVII — Nº 99

QUINTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 72, § 7º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 1972

Referenda o Decreto, de 8 de maio de 1969, do Presidente da República, que ordena a execução do ato que concedeu aposentadoria a Rômulo Gomes Cardim, no cargo de Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 1º É referendado o Decreto, de 8 de maio de 1969, do Presidente da República, que ordena a execução do ato que concedeu aposentadoria a Rômulo Gomes Cardim, no cargo de Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de setembro de 1972. — Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 1972

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução do art. 4º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos de decisões definitivas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em 27 de outubro de 1971, nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 71.348, 31.349 e 72.002, do Estado do Rio Grande do Sul, e nº 72.200, do Estado de São Paulo, a execução do art. 4º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de setembro de 1972. — Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal.

SUMÁRIO DA ATA DA 111.ª SESSÃO, EM 27 DE SETEMBRO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei do Senado nº 65/71, que altera e revo-
ga dispositivos da Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968.

Projeto de Decreto Legislativo nº 14/72 (nº 61-B/72, na Câmara), que aprova o texto do Convênio Constitutivo do Fundo de Desenvolvimento previsto pelo Protocolo Adicional ao Tratado sobre Ligação Ferroviária, de 25 de fevereiro de 1938, celebrado entre os Governos da República da Bolívia e da República Federativa do Brasil em 23 de julho de 1964, o qual foi assinado em Corumbá a 4 de abril de 1972 (redação final).

EXPEDIENTE
SERVIÇO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 24/72 (n.º 737-B/72, na origem), que autoriza o Instituto do Açúcar e do Álcool a alienar as Destilarias Centrais de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e dá outras providências (Redação final).

2.2 — Requerimento

N.º 117/72, de autoria do Sr. Senador Clodomir Milet, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Chanceler do Brasil, Ministro Mário Gibson Barboza, inaugurando os trabalhos da 27.ª Sessão da Assembléa-Geral da ONU.

2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR NELSON CARNEIRO — Censura em órgãos da Imprensa.

SENADOR JESSE FREIRE — Feira Brasileira de Exportação — Brasil-Export 72, realizada no Parque Anhembi em São Paulo.

3 — ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões

SUMÁRIO DA ATA DA 112.ª SESSÃO, EM 27 DE SETEMBRO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara n.º 33/72 (n.º 814-B/72, na origem), que autoriza o Poder Executivo a doar 5.000 (cinco mil) sacas de café dos estoques governamentais, como contribuição do Brasil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), relativa ao período de 1973/1974. Aprovado, à sanção.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem n.º 170/72 (n.º 267/72, na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a es-

colha do Desembargador José Geraldo Rodrigues Alckmin para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Apreciado em sessão secreta.

3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.
Encerramento.

4 — Publicações

— Discurso proferido pelo Sr. Senador Dinarte Mariz na sessão de 22 do corrente.

— Discurso pronunciado pelo Sr. Senador Paulo Guerra na sessão de 26 do corrente.

5 — Composição das Comissões Permanentes.

**ATA DA 111.ª SESSÃO
EM 27 DE SETEMBRO DE 1972**

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA E CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Nelson Carneiro — José Augusto — Orestes Teixeira — Fernando Corrêa — Flántio Müller — Saldanha Derzi — Mattoz Leão — Lenoir Vargas — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE PARECERES

PARECER
N.º 373, de 1972

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 65, de 1971, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que "altera e revoga dispositivos da Lei n.º 5.453, de 14 de junho de 1968".

Relator: Sr. José Lindoso

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado é chamada a emitir Parecer sobre o PLS n.º 65/71 de autoria do nobre Senador Nelson Carneiro que "altera e revoga dispositivos da Lei n.º 5.453, de 14 de junho de 1968", lei essa que instituiu o sistema de sublegenda.

2. O Projeto introduz as seguintes alterações na lei em vigor:

a) Autoriza a instituição de até três legendas exclusivamente nas eleições para Prefeito (art. 1.º).

b) Proíbe a celebração de acordos entre candidatos de partido ou sublegislativas diferentes, ou entre candidatos de partidos diversos para fins eleitorais (art. 2º).

c) Revoga o art. 12 da lei objeto da alteração e que determina que nas eleições em que houver sublegenda, somar-se-ão os votos dos candidatos do mesmo partido, a favor da legenda.

3. A idéia de se instituir a sublegenda no Direito Político brasileiro já fora defendida na Assembléia Constituinte de 1946 pelo Deputado Raul Pilla e ressurgiu no debate em mesa redonda promovida em 1956, pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, e publicado, sob o título "Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos", com o magnífico relatório de Barbosa Lima Sobrinho.

Ao se discutir naquela mesa redonda o problema dos Partidos Nacionais criado pelo Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945, a denominada "Lei Agamenon", o Deputado Nestor Duarte se manifestava:

“Nós estamos a lastimar a multiplicidade dos partidos nacionais, achando que devemos cuidar de reduzir o seu número. No entanto, tudo fazemos, na lei e na prática, para que essa multiplicidade se agravie. Se todos têm observado bem, devem ter notado que até hoje não houve uma cisão de partido nacional. As próprias divergências, raras divergências de âmbito nacional, de tais partidos jamais deram lugar a uma cisão. Todas as cisões dos chamados partidos nacionais ocorrem nos Estados, as quais à falta de uma lei que possa comportar essas divergências estaduais, levam quase sempre, os partidos, a se multiplicarem nos Estados.”

“Proporia fazermos uma lei de sentido nacional que restringisse a existência dos partidos e que nos Estados, ao contrário, se aumentasse a possibilidade da multiplicação de sublegendas ou de expressões de agremiações partidárias, de modo a que o partido nacional não viesse jamais a sofrer essas cisões... Desde que tais cisões encontrassem essas válvulas de escape, é evidente que resguardariam melhor a unidade dos partidos nacionais e sua redução.”

"Tenho a impressão, por experiência vivida e sofrida, de que este expediente de dar natural expressão, natural prolongamen-

to às dissidências estaduais seria um dos melhores processos de reduzirmos o número dos partidos, de conter as cisões, as profundas dissidências que ocorrem no seu bojo, no âmbito estadual, mas, com repercussão nacional, por força da lei mal feita, que não compreendeu a realidade nacional." (Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos — Fundação Getúlio Vargas — 1956 — págs. 15/16.)

Nereu Ramos, com a sua autoridade, defendia os Partidos Nacionais, e omitindo manifestação sobre o instituto da sublegenda, aventava a idéia do voto por legenda ou de lista bloqueada, onde reconhecia um mecanismo para contemplar esas dissidências:

"As cisões, as dissidências que têm havido ocorrem porque a nossa lei eleitoral é defeituosa. As falhas de uma lei eleitoral não se acham na Constituição mas na própria lei. Em geral, essas dissidências se têm dado por motivos de natureza pessoal, porque a nossa lei não permite a sobrevivência, dentro do mesmo partido, das diversas correntes que se chocam." (Grifamos.) (Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos — pág. 17.)

BARBOSA LIMA SORRINHO, no Relatório, sustenta vigorosamente posição contrária à sublegenda:

"A sublegenda vale, apenas, como um sistema de maior comodidade para a manifestação de dissidências, o que não pode deixar de influir como estímulo ou facilidade para a divisão das forças partidárias, quando o que se pode desejar é justamente o contrário, ou seja a coordenação dos interesses e das reivindicações econômicas, sociais e políticas no menor número possível de entidades e autônomas." ("Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos" — pág. 66.)

Naquele debate político verificado há mais de 15 anos ficou clara a necessidade dos Partidos Nacionais, da redução do número dos mesmos e da necessidade de serem criados instrumentos de expressão das minorias, dentro dos próprios partidos, evitando-se a ditadura das direções locais que poderiam se transformar em grupos oligárquicos.

A Revolução de Março de 1964 iria imprimir na vida do País, em todos os planos, profundas e salutares modificações inclusivas na vida política que sofreu pressões modificadoras do seu estilo e de sua organização.

Assim, o Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, pelo seu

art. 18 extinguiu os partidos políticos, cancelou os respectivos registros e determinou que para a organização dos novos partidos seriam mantidas as exigências da Lei n.º 4.740, de 15 de julho de 1965 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos). Surgiram, em consequência, duas Organizações para substituirem os partidos extintos: o Movimento Democrático Brasileiro e Aliança Renovadora Nacional.

O Ato Complementar n.º 4, de 20 de novembro de 1965, no seu art. 9.º dispôs que nas eleições diretas a serem realizadas em 1966, poderiam ser admitido o registro de candidatos em sublegendas, na conformidade do que dispusesse o documento constitutivo de cada organização. Logo, o Ato Complementar n.º 7, de 31 de janeiro de 1966, acrescentaria que nenhuma organização poderia, no entanto, concorrer com mais de três listas.

Nessas eleições de 1966 houve candidatos inscritos em sublegenda para Senador, somando-se os votos das diversas listas de cada Organização, a fim de se apurar qual delas obteve a maioria de sufrágios.

Após a legislação excepcional, o Congresso Nacional votou, em 1968, a Lei n.º 5.453, que ora se pretende modificar com o PLS n.º 65.

É indiscutível que, existindo em 1965 cerca de 14 partidos nacionais, embora os autênticos fossem somente 3 ou 4, não haveria outra solução para o bipartidarismo agasalhar as correntes políticas que se agregavam nas duas entidades partidárias.

Mesmo admitindo-se o ajustamento das diversas correntes políticas que integram os dois partidos no decurso desses seis anos, o que parece não ter ainda se verificado de modo completo, quando se percebe dificuldades no seio dos partidos existentes e não seria aconselhável, no nosso entender, a extinção da sublegenda. Ela, praticamente, só existe para eleições de Prefeitos, pois, em face da Emenda Constitucional n.º 2, as eleições para Governadores em 1974 serão indiretas, e a lei não mais autoriza sublegenda para o Senado.

Considero que para Prefeito a sublegenda, embora com alguns inconvenientes visíveis, deve ser mantida, pois é uma válvula contra a possível ditadura dos órgãos partidários regionais e locais dos Partidos, num país continental como o nosso e com educação política imperfeita, e funciona como dispositivo de equilíbrio no seio dos grêmios políticos.

Nas bases municipais, as discrepâncias não se manifestam em torno de pontos de vista ideológicos ou doutrinários e por isso mesmo válida é integralmente a soma dos votos dados aos candidatos disputantes em listas

diversas mas por uma mesma legenda.

Quando se discute a sublegenda, sempre é referido o exemplo oriental.

No Uruguai é longa a experiência da sublegenda. A Lei das Eleições n.º 7.812, de janeiro de 1925, no seu artigo 9.º já reconhecia a existência de "lema" e "sublema" como fração partidária. As Leis n.ºs 9.378, de maio de 1934, e 9.831, de maio de 1939, regulamentam as atividades dos Partidos com as suas legendas e sublegendas.

O bipartidarismo uruguai sobrevive em função desse sistema de sublegendas. Mas, "sublema" ali ganha autonomia que a transforma num organismo enquadrado no Partido.

A nossa legislação é bem mais sábia. A sublegenda funciona para atender a disputa da liderança na eleição, mas, dentro da estrutura e da disciplina partidária.

Poder-se-á dizer que é imperfeita, que divide. No entanto, nunca se poderá pensar num partido sem emulações, sem disputa, porque isso não seria perfeição de vida partidária, seria, ao contrário, estagnação.

Todos os incômodos que possam surgir com o funcionamento da sublegenda são mais válidos do que a oligarquia que poderá surgir, em nome da disciplina partidária, nas bases municipais.

Estamos empenhados em dar vigor ao nosso bipartidarismo. Ontem, como hoje, reconhecemos que a multiplicidade de partidos gera a dança de legendas e isso desnatura a representação e afeta os interesses da administração, dificultando-a.

A sublegenda, no atual estágio político do Brasil, dará ensejo que o bipartidarismo ganhe em estruturação, se firme como convém aos interesses maiores do País. Representa, por outro lado, um instrumento de equilíbrio na atuação dos dirigentes partidários, gerando o esforço de conciliação em torno dos melhores e quando isso não é alcançado, o povo oferece o seu veredictum, escolhendo o Partido e dentro do Partido aquele que lhe parece melhor.

Acredito que se deva aperfeiçoar o sistema de sublegenda, e para isso válidas serão as observações colhidas no desenvolvimento do pleito de novembro.

A liderança do governo se empenha, como é notório, num trabalho de revisão global de toda a legislação eleitoral a ser discutida no próximo ano, e certamente estudará a lei de sublegenda.

Em face do exposto, embora o PLS n.º 65/71 seja jurídico e constitucional, considero-o, no entanto, ao apreciar o mérito, inconveniente para o atual estágio de nosso processo político-partidário e damos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1972. — Daniel Krieger, Presidente — José Lindoso, Relator — Heitor Dias — José Augusto — Helvídio Nunes — Nelson Carneiro, com voto em separado, vencido — Wilson Gonçalves.

VOTO EM SEPARADO

Do Senador Nelson Carneiro, na Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 65, de 1971, que "altera e revoga dispositivos da Lei n.º 5.453, de 14 de junho de 1968."

Mais de um ano depois, o Projeto, oferecido a 14 de julho de 1971, logra parecer contrário do eminente Relator, que o julga "inconveniente para o atual estágio de nosso processo político-partidário". Muita água correu sob a ponte, entre a apresentação da proposta e sua rejeição pela dourada Comissão de Constituição e Justiça. A sublegenda, diziam seus partidários, tinha vida curta, serviria apenas para acomodar divergências dentro dos partidos. Era o remédio para torná-los monolíticos, substituindo as antigas e numerosas legendas. De 1965 até hoje, é o que se conclui do parecer, nada se corrigiu. Deferimentos insuspeitos, de prôceres do partido majoritário, dão conta de que as sublegendas, como previam seus adversários, acabou por agravar dissídios, em lugar de removê-los. Todos os dias os jornais divulgam choques entre os partidários da Arena 1 contra os adeptos da Arena 2, quando não chegam a impugnar o registro dos candidatos da Arena 3. Ademais, se há sublegendas para eleições majoritárias diretas, porque não alcança as de senadores? E qual a razão de não atingir às majoritárias indiretas para governadores, vice-governadores, presidente e vice-presidente da República? Na eleição direta, a escolha é do povo. Na indireta, é de uma cúpula partidária, que a Revolução assoalha que combate, mas realmente estimula e consagra. Nos pleitos indiretos, sob o guante da fidelidade partidária, os colégios eleitorais são assembleias de autômatos, a que não se confere, sequer, o direito de escolher, entre dois ou três indicados, aquele que lhes merece a preferência. Na Tanzânia a "democracia" é mais lógica. Há oficialmente um só partido, mas o eleitor, em cada distrito, pode preferir um dos dois nomes que lhe são indicados. No Brasil, o partido oficial lança-se, pelas três bocas do cérbero sublegendário, a sugar nas co-

munas aos que porventura se sintam seduzidos pela vida pública. E, estimulado pela palavra do Sr. Presidente da República, reproduzida pelo eminente líder da Maioria, atira-se à caça dos votos indecisos, esquecido de que o desequilíbrio entre as forças partidárias constitui uma das razões mais poderosas do desprestígio do Poder Legislativo diante do Poder Executivo. Quanto mais crescer o partido do Governo, menos se prestigia. Quanto mais diminuírem as hostes oposicionistas, mais depressa se caminhará para o partido único, tal como sucede no México, em Portugal e nos países socialistas.

O tema é velho, e o eminente deputado Ulysses Guimarães, em documento sem resposta, enumerou as desvantagens da sublegenda na vida partidária nacional.

Assim, desgraçadamente, não pensou a maioria da Comissão de Constituição e Justiça, e manteve na legislação, para vigorar mesmo depois de 15 de novembro, esse instrumento de discórdia dentro do mesmo partido e de enfraquecimento do já tão enfraquecido regime democrático.

Anuncia-se, antecipa o douto parecer, que "a liderança do governo se empenha num trabalho de revisão global de toda a legislação eleitoral a ser discutida no próximo ano e certamente estudará a lei da sublegenda".

Deus permita que a prometida revisão seja ao menos lógica, se não quiser ser sábia. A manter a sublegenda para prefeitos e vice-prefeitos, não há porque não estendê-la às demais eleições diretas e indiretas majoritárias. Essa duplidade de critérios, que a rejeição do Projeto n.º 65/71 mantém, é que não encontra motivos sérios para prosperar. Melhor será que se extinga a sublegenda em todos os pleitos, os diretos e os indiretos, até que todos passem a ser, como outrora, diretos e pelo voto secreto.

Sala das Sessões da Comissão de Constituição e Justiça, 21 de setembro de 1972. — Nelson Carneiro.

PARECER
N.º 374, de 1972

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1972, (n.º 61-B/72, na Câmara dos Deputados).

Relator: Sr. José Lindoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1972 (n.º 61-B/72, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio Constitutivo do "Fundo de Desenvolvimento" previsto pelo Protocolo Adicional ao Tratado sobre Ligação Ferroviária, de 25 de fevereiro de 1938, celebrado entre os Governos da República da Bolívia e da República Federativa do Brasil, em 23 de julho de 1964, o qual foi assinado em Corumbá, a 4 de abril de 1972.

ro de 1938, celebrado entre os Governos da República da Bolívia e da República Federativa do Brasil em 23 de julho de 1964, o qual foi assinado em Corumbá a 4 de abril de 1972.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1972. — José Augusto, Presidente — José Lindoso, Relator — Adalberto Sena.

ANEXO AO PARECER
N.º 374, de 1972

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1972 (n.º 61-B/72, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
N.º , de 1972

Aprova o texto do Convênio Constitutivo do "Fundo de Desenvolvimento" previsto pelo Protocolo Adicional ao Tratado sobre Ligação Ferroviária, de 25 de fevereiro de 1938, celebrado entre os Governos da República da Bolívia e da República Federativa do Brasil, em 23 de julho de 1964, o qual foi assinado em Corumbá, a 4 de abril de 1972.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o texto do Convênio Constitutivo do "Fundo de Desenvolvimento" previsto pelo Protocolo Adicional ao Tratado sobre Ligação Ferroviária, de 25 de fevereiro de 1938, celebrado entre os Governos da República da Bolívia e da República Federativa do Brasil, em 23 de julho de 1964, o qual foi assinado em Corumbá, a 4 de abril de 1972.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER
N.º 375, de 1972

Da Comissão de Redação

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 24, de 1972 (n.º 737-B/72, na Casa de origem).

Relator: Sr. Adalberto Sena

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 24, de 1972 (n.º 737-B/72, na Casa de origem), que autoriza o Instituto do Açúcar e do Álcool a alienar as Destilarias Centrais de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio

de Janeiro e Minas Gerais, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1972. — José Augusto, Presidente — Adalberto Sena, Relator — José Lindoso.

ANEXO AO PARECER
N.º 375, de 1972

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 24, de 1972 (n.º 737-B/72, na Casa de origem).

EMENDA N.º 1

(Corresponde à Subemenda n.º 1-CCJ à Emenda n.º 1 de Plenário)

Ao art 2.º

Dê-se ao art. 2.º a seguinte redação:

"Art. 2.º Sob pena de nulidade, as destilarias de que trata esta lei não poderão ser deslocadas para outros Estados, exceto as que se encontram paralisadas há mais de três anos consecutivos."

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

E lido o seguinte:

REQUERIMENTO
N.º 117, de 1972

Nos termos do art. 234 do Regimento Interno, requeiro transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Chanceler do Brasil, Ministro Mário Gibson Barboza, inaugurando os trabalhos da 27.ª Sessão da Assembléa-Geral da ONU.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1972. — Clodomir Milet.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O requerimento que acaba de ser lido será enviado à Comissão Diretora para que emita parecer sobre a matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, que falará como Líder da Minoria.

O SR. NELSON CARNEIRO — (Como Líder da Minoria, pronuncia o seguinte discurso.) Passados são, Sr. Presidente, quase quatro decênios. Funcionava o Congresso, mas sobre ele pesava o manto ditatorial, que acabaria por envolvê-lo, e sepultá-lo por largo período de tempo. Na vivacidade de seus setenta e muitos anos, à beira dos oitenta, José Joaquim Seabra ocupava a tribuna da Câmara dos Deputados. Como que o vejo ainda agora no Palácio Tiradentes, alto, majestoso, a voz firme, ora criticando com azedume, ora ferindo com a flor de ironia, que é a mais alta expressão da oratória parlamentar. A assembléia ouvia-o silenciosa, e al-

gum mais ousado, que se aventurava a apartear o grande tribuno, pronto se calava sob o látego do revide, em que se juntavam a lucidez da juventude e a experiência da velhice. Naquela tarde, profligava, ainda uma vez, os desacertos do poder. E voltando-se inesperadamente para a Bancada, que integrava, indagou num gesto teatral:

— E a Oposição, Sr. Presidente? Que faz a Oposição?

Seabra deixou que a interrogação pairasse no ar o tempo bastante para que percutisse, como a voz dos sinos, nos ouvidos do plenário. E quando percebeu que o som de suas palavras caminhava para os socavões do silêncio, ajuntou a resposta surpreendente:

— A Oposição faz crochê!

Creio que esse seja o destino que nos espera a todos, aos parlamentares da ARENA, assim como aos integrantes do MDB. Em virtude das provisões governamentais, que já não permitem se divulguem os discursos aqui pronunciados, sequer a notícia de que foram pronunciados, mesmo os do ilustre líder da Maioria, receio, Sr. Presidente, que só nos caiba fazer crochê, para encher o tempo antes destinado a debates políticos que não se podem travar, para substituir leis que já não nos cabe fazer, para preencher o vazio da fiscalização financeira que não começamos a realizar. E porque nem todos nós, os eminentes integrantes do Partido majoritário, assim como os nobres componentes da representação da Minoria, estamos afeiçoados à atividade tão complexa e apaixonante, passei esses últimos dias preocupado em inteirar-me de alguns de seus segredos, que só os neófitos e os imprudentes acreditam entre tantas artes a mais fácil. Latino Coelho dizia ser a da palavra, de todas, a mais difícil, o que demonstra que também ele não se viu jamais envolvido entre novelos, agulhas, carreiras, pontos, remates, laçadas, correntinhas, voltas, aumentos e diminuições.

Cada qual dos ilustres membros do Congresso Nacional seria capaz de proferir, de improviso, oração documentada sobre a influência da energia atômica no século XXI ou sobre as consequências da explosão demográfica no mundo de nossos netos. Não sei, porém, quem estaria habilitado a distinguir o ponto alto do altíssimo, o altíssimo do alto duplo, o alongado do feito com régua, o baixo do baixíssimo, as diminuições externas e internas, as três correntinhas, a simples, a dupla e a cruzada dupla.

Não há como criar-se, nas escolas secundárias e superiores, a cadeira do crochê, a fim de que os parlamentares que nos sucederem, se tudo con-

tinuar como está por muito tempo, não cheguem às Casas Legislativas tão despreparados como as atuais gerações. Isso importaria em aumento de despesa, que nos é defeso propor por força de dispositivo da Emenda Constitucional. Entre os iniciados, aliás, a emenda é uma das habilidades mais difíceis, quando não se desmancha todo o trabalho feito para corrigir o desacerto. Há que fazê-la com tal cuidado e perfeição, que não denuncie ainda aos peritos o defeito superado.

Tão importante se me afigura o crochê, Sr. Presidente, que seria caso de reformar-se a atual organização do MOBRAL, a fim de que ao lado da cartilha o aluno aprendesse a manejá-la agulha. Bastava-lhe familiarizar-se com o crochê simples, "feito — ensinam os autores — em carreiras de ida e volta com uma agulha reta com gancho". Reservar-se-ia aos universitários, preocupados com a vida política, o crochê tunisiano, que — e ainda uma vez me valho dos mais doutos — "requer um trabalho de ida, formando os pontos, e de volta, rematando os mesmos. Para este, é necessário uma agulha de crochê bem longa para comportar os pontos da carreira". Porque há, Sr. Presidente, dificuldades que somente nos graus superiores do ensino se pode superar com segurança.

Existe, por exemplo, uma infinidade de remates: — em festões, em folhas, em pontas, em pontinhas, em ponto baixíssimo, em ponto caranguejo, em ponto caranguejo avesso, em ponto torcido, em triplice ponto alto, sem falar no remate Chanel, que ganha maior realce quando em fios brilhantes, adornando tailleur e casacos, ou no ponto de degraus, que nenhum de nós desconhece, tantos são os que subimos e descemos no curso de nossa atribulada existência.

A principal vantagem do crochê sobre o tricô é a posição de quem se dedica a um ou a outro. A quem tricota se aconselha "sentar-se numa cadeira de espaldar firme e manter os pés altos, apoiados num banquinho". Se trabalhar durante várias horas consecutivas, virá uma enjoada dor na espinha. Já o crochê está mais compatível com os maiores de 35 anos. O trabalho pode ser feito com a devida comodidade, numa poltrona confortável, e para interrompê-lo não há necessidade de completar a carreira iniciada.

Passatempo ou indústria caseira, o crochê acabou colhido nas malhas da industrialização. Sejamos fiéis a nossas antepassadas, que enchiham suas horas de ócio em trabalhos na correntinha, em círculos, no arco de correntinhas, ou preocupadas com os detalhes dos biquinhos, em anéis, arredondados, com pontas ou para ren-

da. Ou discutiam com as amigas, as vizinhas, as companheiras de cavaco se para um bom acabamento os aumentos deveriam ser externos ou internos, ou internos duplos ou duplos com correntinhas.

Confesso, Sr. Presidente, minha preocupação de estar aqui a ferir os cônones do nacionalismo. Crochê é francês, *crochet*. Com essa exclamação é que o público faz parar, nos concursos de artistas amadores, os que o desagradam. É interjeição que equivale a *arretez, assez, ce suffit!* E foi Rousseau quem a incorporou à literatura: — *"Ses cheveux frisaient à la vielle mode, le crochet sur les temps".*

Consola-me, entretanto, a convicção patriótica de que, se todos os homens públicos deste País, do mais credenciado dos parlamentares ao mais humilde dos jornalistas, se dedicarem ao crochê, não haverá motivo para obstáculos à divulgação, quanto mais à simples notícia, de que, por exemplo, na sessão de terça-feira passada, ocupou a tribuna desta Casa o eminentíssimo Senador Filinto Müller. E assim, com uma simples agulha de crochê, teremos calado a voz da imprensa estrangeira, que, em todos os continentes, brada contra a censura imposta aos jornais brasileiros. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Lourival Baptista. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jessé Freire.

O SR. JESSÉ FREIRE — (Pronunciou o seguinte discurso.) Sr. Presidente: a primeira quinzena do corrente mês de setembro abrangeu, em todo o País, o ponto culminante das festividades com que o Governo e o Povo comemoraram os 150 anos da independência nacional.

Todas as celebrações, por seu brilhante e entusiasmo, destacaram a unidade espiritual dos brasileiros em torno de transcendentais acontecimentos, que se verifica em período de profunda transformações na fisionomia econômica, social e até mesmo geográfica de nossa terra.

Comungamos todos na vibração cívica que sacudiu a Nação, mobilizada pela magia da palavra INDEPENDÊNCIA, cujo significado todos perceberam que comece a adquirir verdadeiro sentido, depois que a conjugação dos esforços entre o Governo e as forças vivas desfechou, a partir de 1964, processo irreversível do desenvolvimento acelerado, que é hoje orgulho do Brasil e espantada admiração do mundo.

Testemunho disso podemos encontrar no acontecimento que a meu ver constituiu a parte mais expressiva das festividades relacionadas ao Sesquicentenário. Refiro-me à Feira brasileira de Exportação — Brasil-Export 72, realizada no Parque Anhembi em São Paulo, entre 4 e 15 do corrente.

Como brasileiro e homem ligado às atividades empresariais, não posso furtar-me ao prazer de trazer a V. Ex.^a e ao Senado, Sr. Presidente, depoimento entusiasmado em relação a esse empreendimento, talvez o mais importante em seu gênero até hoje realizado em nosso País.

A Brasil-Export 72 funcionou como verdadeira empresa independente, coordenada por um Comissariado Geral, composto de representantes dos Ministérios da Fazenda, da Indústria e Comércio, das Relações Exteriores, do Estado de São Paulo, da Prefeitura da Capital paulista, do Banco do Brasil e da Empresa Brasileira de Turismo, cabendo à firma Alcântara Machado a tarefa de organizar, executar e operar a Feira.

Empreendimento de concepção do Governo, dentro da política de agressiva penetração brasileira no mercado externo, estabelecida pelo Ministério da Fazenda, foi concretizado pelo empresariado do País e resultou em autêntica realização do Povo brasileiro.

As exportações, na expressão do Ministro Delfim Netto, são fundamentais para que tenha continuidade o esforço em favor do desenvolvimento, pois constituem o suporte para a construção de um sólido mercado interno.

Atraindo visitantes estrangeiros especialmente convidados para observar o que o nosso País está fazendo no terreno industrial, não se teve em mira realizar transações comerciais imediatas, consideradas subprodutos ou atividades secundárias. A finalidade importante da Feira foi mostrar ao mundo que o Brasil é país com estrutura manufatureira suficientemente diversificada e que, por isso, pode aspirar realmente à condição de ser exportador muito importante de artigos industriais.

E isso ficou amplamente demonstrado, verificando-se que hoje o cenário mundial conta com mais uma alternativa de suprimento para o mercado internacional — o Brasil.

Durante dez dias, cerca de dois mil visitantes estiveram em contato com 100 exportadores brasileiros no Parque Anhembi, que ficou transformado em mini ONU dos negócios. Selecionados individualmente em 78 países pelas representações diplomáticas do nosso País, do Suriname ao Vietname, de Singapura à Austrália, da União Soviética a Miami — esses homens de negócios, banqueiros, importadores tuais ou potenciais, puderam colher

lisonjeiras impressões sobre o Brasil e seu desenvolvimento, através do meticuloso mecanismo de recepção, assistência, hospedagem, acompanhamento e informação que foi montado para atendê-los.

A própria organização da Feira foi demonstração do nível de desenvolvimento do País, nada ficando a dever às mais sofisticadas promoções do gênero realizadas em qualquer parte do mundo. Ela deverá ser sempre considerada como momento decisivo na evolução do nosso comércio internacional.

Nada foi ali deixado ao acaso. O visitante, ao iniciar seu programa, era levado a uma apresentação áudio-visual, onde tomava o primeiro contacto com as características presentes da economia brasileira. Em especial, falava-se, na ocasião, dos fatores que fazem com que o movimento exportador seja contínuo e não mais conjuntural. Segundo áudio-visual, exibido mais tarde, mostrava os grandes traços da história, da geografia e da economia do País.

Recepção impecável, logística bem planejada, atendimentos individualizados ao visitante (informações, intérpretes, lembranças típicas, etc.) criaram clima extremamente favorável aos objetivos visados.

É extremamente complexo o problema de medir os resultados de promoção como essa. A avaliação não pode, de maneira alguma, partir da quantificação de seus aspectos mais significativos. Nenhum sentido tem a busca de números que representem o volume de negócios feitos: eles falseariam imensamente a verdade já que não incluiriam os milhares de negócios iniciados e que serão concluídos em futuro próximo.

Mais ainda: buscar avaliação quantitativa dos resultados, seria esquecer o objetivo precípua, que é de ordem eminentemente qualitativa: a criação da imagem de Brasil como alternativa de suprimento para o mercado internacional.

Assim, uma análise preliminar da Brasil-Export deve, antes de mais nada, fixar-se na comparação qualitativa entre os objetivos propostos e os resultados efetivamente alcançados.

Tratando-se, essencialmente, de problema de comunicações, nada melhor que buscar identificar os públicos visados e a forma pela qual foram atingidos.

De maneira geral pode-se dividir os objetivos em Público Externo e Público Interno. O primeiro, abrange compradores — círculos financeiros — jornalistas — animadores e homens de negócios em geral. O segundo, os exportadores atuais ou potenciais — indústria em geral — comércio e serviços — órgãos oficiais ligados à ex-

portação — Governo e público em geral.

A esses valeria, ainda, acrescentar a área política internacional. É de esperar que, mesmo sem terem constituído alvo visado pela feira, esferas políticas de outros países venham tomar ciência daquilo que foi apresentado. Inevitavelmente a consciência do desenvolvimento brasileiro poderá gerar em muitos alegria calcada no sentimento do bem comum, e, em contrapartida, despertar em outros o receio de ver surgir um competidor.

Os convidados estrangeiros foram selecionados segundo o papel que poderiam desempenhar na criação da imagem do Brasil como alternativa de suprimento para o mercado internacional. Desse critério básico decorreram as indicações individuais e a distribuição regional.

Para muitos dos compradores visitantes a Brasil-Export propiciou seu primeiro contato com os produtos manufaturados do País. E tal foi a repercussão do evento que grande número de compradores aqui compareceu por iniciativa própria, não raro sob a forma de equipes de compra, com vários elementos de uma mesma organização.

Mas mesmo aqueles que já mantinham negócios com o Brasil foram postos em contato com aspectos do parque manufatureiro do País, que até então desconheciam.

Da observação dos fatos parece lícito afirmar que os compradores saíram bastante impressionados com o que viram. Alguns efetuaram apreciáveis volumes de compras no local. Outros concluíram aqui negócios de há muito iniciados. Grande maioria realizou compras experimentais com vistas ao estabelecimento gradual do fluxo permanente de negócios. Alguns, sobretudo norte-americanos, encontraram dificuldades para a obtenção imediata dos volumes e modelos desejados. Mas todos levaram consigo a idéia de que o Brasil deve ser sempre considerado quando do estudo de fontes de suprimento. E bastaria esse resultado, plenamente atingido, para justificar todo o esforço feito.

Uma complementação natural do surgimento do Brasil como fonte não tradicional de suprimento é o incremento dos negócios financeiros a ele relativos e, em particular, a consideração do País para novos investimentos.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. JESSE FREIRE — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. José Lindoso — Sr. Senador Jessé Freire, V. Ex.^a faz hoje um relatório ao Senado da República com uma crítica de valorização do que foi

a Feira Brasil-Export 72. Estava acompanhando com o maior interesse a exposição magnífica de V. Ex.^a, sentindo que V. Ex.^a estava diante de dois planos: primeiro, a revelação de capacidade de organização do empresariado brasileiro ao promover e ao realizar essa experiência inédita na sua expressão, para a nossa história de atividade econômica e comercial; segundo diante dos resultados médios e imediatos dessa Export 72. O Brasil, efetivamente, Sr. Senador, através da arregimentação dos oito-centos exportadores que compareceram à Export 72, lançou-se perante o mundo como fornecedor de manufaturados e como participante das atividades comerciais. V. Ex.^a, com esse depoimento, oferece resposta a certa crítica feita aqui no plenário por um dos líderes da nobre Oposição, quando negava a importância da exportação brasileira, mostrando que seria mais importante cuidarmos da realização do suprimento das nossas necessidades do mercado interno. E V. Ex.^a vai me permitir alongar-me um pouco mais. As exportações, dentro da política do Governo, através da palavra do Ministro Delfim Netto, são fundamentais para que tenha continuidade o esforço do desenvolvimento. O Governo brasileiro sabe o que está fazendo relativamente ao processo de exportação e por isso tomou medidas estruturais, aparelhando os portos e criando condições materiais para que elas se efetassem de um modo menos caro e mais rápido; tomou medidas fiscais, estimulando essa exportação e, dentro desse campo amplo, o empresariado nacional aceitou o desafio para levar a bandeira comercial do Brasil aos outros povos, na afirmação da nossa capacidade de realização industrial e da nossa capacidade efetiva de participar do mercado internacional. Congratulome pois, com V. Ex.^a por esse depoimento e com o empresariado nacional. Sobre essa realização, não podemos esconder certo orgulho — o orgulho daqueles que têm capacidade de construir, de afirmar, de realizar, em favor do engrandecimento da Pátria.

O SR. JESSE FREIRE — Muito obrigado ao aparte de V. Ex.^a, nobre Senador José Lindoso. V. Ex.^a parece que desejou referir-se a uma dúvida que o nobre Senador Franco Montoro levantou em relação à Export 72. Entendia S. Ex.^a que o preço foi muito alto, inclusive porque o subsídio dado pelo Governo à exportação, com os incentivos oferecidos a empresários brasileiros, era muito alto e que o mesmo não se dava no mercado interno.

Mas, se apreciarmos os bens e serviços produzidos e que somente 7% se destinam à exportação e 93% ao mercado interno, o Senado há de con-

vir que o Governo nada está fazendo em favor da exportação com prejuízo do comércio interno. No passado, o que víamos? — Todos os países, Japão principalmente, subsidiaram, e subsidiaram hoje, as exportações. E o Brasil, infelizmente, passou décadas financiando a importação — financia a importação para emitir, para inflacionar o meio circulante. Hoje, não! Hoje, subsidiámos aquilo que carreia dólares para o Brasil. Daí por que o mercado internacional para o Brasil é hoje da ordem de 7 bilhões e 600 milhões de dólares, podendo chegar no fim de 1972, num cálculo otimista, a 8 bilhões de dólares. Um País com 100 milhões de habitantes e 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados.

E vamos para um exemplo do Leste europeu, a Hungria. Há dez dias, eu conversava com o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Hungria, que me visitou no Rio de Janeiro. Um País com 46 mil quilômetros quadrados e 10 milhões de habitantes e um comércio internacional de exportação e importação aproximado do que tem o Brasil, da ordem de 6 bilhões de dólares. Então, tudo que o Governo brasileiro fizer no sentido de incentivar a exportação é válido para o desenvolvimento econômico da Nação.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex.^a me dá licença para um aparte?

O SR. JESSE FREIRE — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Nelson Carneiro — Senador Jessé Freire, evidentemente, não era necessário, para exaltar a obra do Governo, que o eminente Líder José Lindoso se lembrasse de fazer críticas à modesta Oposição. Não preciso, neste instante, para aplaudir V. Ex.^a, buscar outras palavras na Bancada da Aliança Renovadora Nacional. Bastam-me as de V. Ex.^a. Era esse aparte que eu queria dar, em nome da minha Bancada, em resposta à intervenção do nobre Senador José Lindoso.

O SR. JESSE FREIRE — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JESSE FREIRE — Com prazer.

O Sr. José Lindoso — Naturalmente não há de causar estranheza nossa participação e a colocação que fizemos, dando esclarecimentos, na base do discurso de V. Ex.^a, à nobre Oposição, posto que o assunto foi diretamente ferido aqui, pondo-se em dúvida a política de exportação e o valor da Export 72. Nesta altura, alinhando dados, completando, portanto, toda uma paisagem das atividades econômicas e dos resultados da Ex-

port 72, V. Ex.^a dá uma contribuição válida não só para a opinião pública brasileira, mas, em particular, para a nobre Oposição.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JESSE FREIRE — Pois não.

O Sr. Nelson Carneiro — O nobre Senador José Lindoso e eu já aplaudimos V. Ex.^a, numa outra oportunidade, quando, há alguns meses, V. Ex.^a fez, nesta Casa, o elogio ao que tinha sido a reunião, no Rio de Janeiro, da III Conferência Nacional das Classes Produtoras. Dias depois — V. Ex.^a se recorda — o nobre Ministro da Fazenda declarou que ali estavam reunidos incapazes. O nobre Senador José Lindoso não ocupou esta tribuna para defender V. Ex.^a. Foi o modesto Líder da Minoría quem repeleu a afirmação do Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. JESSE FREIRE — Nobre Senador Nelson Carneiro, data venia, há um engano da parte de V. Ex.^a

Visitando Salvador, o Ministro da Fazenda, Professor Delfim Netto, foi ouvido na Associação Comercial daquela cidade. Na ocasião, um jornalista perguntou se S. Ex.^a estaria inclinado a apresentar sugestões ou um projeto de lei para que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM — fosse dividido 50% para o Estado produtor e 50%, para o Estado consumidor. Então, S. Ex.^a disse:

“Este assunto foi levantado na CONCLAP, quando algumas tópices foram ditas.”

Presidindo a CONCLAP, pedi ao representante do Rio Grande do Norte que apresentasse uma proposta-substitutiva ao que Pernambuco, Ceará, Bahia e outros Estados do Nordeste desejavam em relação ao ICM. A proposta foi rechaçada em plenário, recebendo somente o voto do Rio Grande do Norte e seis dos Estados da Guanabara e de São Paulo. Inclusive Estados do Sul — como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná —, do Centro-Sul — como Minas Gerais — secundados pelo Ceará e Pernambuco, todos estavam de acordo com a proposta baiana. A proposta do Rio Grande do Norte era no sentido de que se desse ao Governo a oportunidade de um reestudo do ICM para que os órgãos técnicos do Governo, juntamente com os da iniciativa privada, analisando os dados oficiais, chegassem a uma conclusão de 50% para o Estado produtor e 50% para o Estado consumidor, ou se 40 ou 30%, qualquer que fosse a taxa.

Na oportunidade, o Sr. Ministro da Fazenda me comunicou, por telefone que estava de acordo comigo. Apenas queria saber se a proposta apresentada pelo Rio Grande do Norte de minha autoria — como Presidente da reunião, pedi ao Dr. Reginald

Teófilo da Silva a apresentasse em plenário — estaria de acordo com os órgãos técnicos da Fazenda, porque havia disputa muito grande entre as informações da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, dados que não aceitávamos, com as do Ministério da Fazenda. O Sr. Ministro, absolutamente, não fez críticas à CONCLAP. Inclusive, no outro dia, S. Ex.^a me procurou pessoalmente, para me dar essa satisfação. Houve talvez exploração de algum jornalista menos avisado, mas o correspondente do *Jornal da Tarde*, de Salvador, leu textualmente o que o Sr. Ministro afirmou. Evidentemente, num conclave como o da CONCLAP, feito por empresários brasileiros, muitos falando pela sua capacidade de trabalho, pela sua inteligência, pelos seus conhecimentos culturais, evidentemente alguma coisa, alguma tolice deve ter sido dita, como tolices imensas são ditas nos maiores conclaves internacionais por participantes de outros países.

Agradeço a interferência de V. Ex.^a mas, por dever de justiça e para colocar o fato como se deu, era necessária esta minha explicação.

O Sr. Nelson Carneiro — Grato a V. Ex.^a Como a explicação do Sr. Ministro da Fazenda não foi pública, fiquei com a declaração pública de S. Ex.^a, que haviam sido ditas tolices sobre o ICM, na reunião da CONCLAP, que V. Ex.^a tão nobremente presidiu e da qual deu a esta Casa ampla e detalhada explicação, com aplausos gerais.

O Sr. JESSE FREIRE — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JESSE FREIRE — Com prazer, Senador.

O Sr. José Lindoso — Desnecessário acrescentar qualquer esclarecimento, porque a colocação que V. Ex.^a fez, relativamente ao aparte do noivo Líder da Minoría, foi assaz feliz e completa. É preciso assinalar que efetivamente não saiu a socorro da II Conferência Nacional das Classes Produtoras, mesmo porque não vi motivos para uma palavra, como Senador da República, em defesa de fato que teria sido comentário de um jornalista na imprecisão de encontro informal. E digo a V. Ex.^a: além de as classes produtoras contarem com a palavra, a inteligência e a experiência de V. Ex.^a, o bom senso também me impediria de participar ou xacerbar algum detalhe dessa natureza, por quanto estive presente a essa reunião como observador. E como disse V. Ex.^a, numa reunião a que compareceram representantes de todo o território nacional, homens das classes produtoras, que dão o testemunho da sua experiência, da sua capacidade,

muitas vezes sem uma assessoria técnica, pode haver colocações inadequadas. A II Conferência Nacional das Classes Produtoras foi prestigiada pelo Governo da República, como uma contribuição válida para o estudo dos problemas da conjuntura brasileira. Essa Conferência contou com a presença do Sr. Ministro da Fazenda, que lá esteve para dar sua palavra de estímulo, de reconhecimento, de aplauso.

O SR. JESSE FREIRE — Muito obrigado a V. Ex.^a, nobre Senador José Lindoso.

Os banqueiros e financistas que aqui vieram, convidados para a feira, foram postos em contato com diversos e variados aspectos complementares de nosso progresso, como o aperfeiçoamento tecnológico e a legislação sobre capitais estrangeiros.

Com isso espera-se que suas decisões no tocante a negócios referentes ao Brasil encontrem bases mais sólidas e mais realistas.

Trazer jornalistas de todo o mundo para conhecer o Brasil de Norte a Sul, foi também iniciativa acertada, mesmo sem ter por objetivo aumentar o esforço dedicado ao País nos veículos por eles representados. Embora em alguns casos isso tivesse acontecido, a finalidade principal desse programa foi permitir que elementos responsáveis pela formação da opinião em assuntos de negócios estabelecessem contato mais próximo com a realidade brasileira e, assim, tivessem seu interesse despertado para as coisas do País, ao mesmo tempo que aprimorassem sua capacidade de interpretação do desenvolvimento nacional.

As reações dos jornalistas visitantes, sua dedicação ao programa, as intenções manifestadas, deixam bem claro que, daqui por diante, nos principais veículos de divulgação de todo o mundo, haverá gente melhor capacitada a compreender o que se passa no País e, assim, a evitar a distorção na informação.

Ainda com referência aos convidados, vários pertencem aos quadros permanentes de câmaras de comércio, entidades de classe e órgãos públicos ligados à indústria e ao comércio. No diálogo diário com empresários de seus países poderão eles transmitir-lhes o que aqui viram e, assim, atuarem como "animadores" em relação à nova imagem do Brasil que se quer projetar.

De particular importância foram os contatos entre esses elementos e as entidades locais congêneres às suas. Isso lhes permitiu ampliar sua visão do País em termos dos assuntos específicos em que são peritos.

Compradores, jornalistas especializados, homens de finanças, anima-

dores, bem como a divulgação prévia dada à feira, deverão trazer, como efeito adicional, a difusão da ideia de Brasil industrial em importantes segmentos do mundo internacional dos negócios.

Note-se que em nenhum momento foi intenção da Brasil-Export atingir o grande público de outros países e, portanto, não é de esperar que, mesmo indiretamente, ele venha a ser motivado. Bem ao contrário, pode ocorrer em muitos países que a afirmação da imagem favorável de Brasil nos meios de negócios provoque reações contrárias em certos polos indutores de opinião pública.

A repercussão da Brasil-Export superou de muito o âmbito dos negócios de venda para torná-la ponto de inflexão do processo de crescimento da mentalidade exportadora.

Os exportadores brasileiros nela encontraram a oportunidade de estreitar relações com seus compradores habituais e de ampliar sobremodo sua área de negócios. Isso não significa, de forma alguma, que grandes volumes de vendas tenham sido efetuados, e sim que as bases estão estabelecidas para que o crescimento delas seja rápido e acentuado.

Para os possíveis exportadores sem experiência no setor a feira constituiu-se em fantástico aprendizado e em oportunidade extraordinárias para atividades de mercadização.

Muitos perderam boas possibilidades de negócios por não disporem no local de pessoas habilitadas a fornecer detalhes técnicos desejados, ou por não disporem de preços de exportação corretamente calculados ou ainda por desconhecerem peculiaridades da mecânica dos negócios internacionais.

Mas tanto esses quanto os demais saíram da feira como novo conjunto de conhecimentos e apreciável volume de contactos iniciais, que lhes permitirão rápida entrada no mercado internacional.

E da sua capacidade de se adaptar às exigências desse mercado dependerá, em grande parte, a consolidação do movimento iniciado.

A Brasil-Export exerceu um grande efeito demonstrativo sobre a indústria em geral, despertando para o problema da exportação aquelas empresas que ainda não estavam para isso motivadas.

Ainda aqui têm cabimento os conceitos do Ministro Delfim Netto, ao afirmar que nos anos 60, herói no Brasil era o que substituía as importações; na década de 70 será o capaz de exportar. Não há saída para esse processo. Não há alternativa, nem

adiantam lamentações: ou exportamos, ou paramos de crescer.

O comércio, seja nas formas tradicionais ou nas mais recentes (trading, etc), pôde testar na Brasil-Export sua capacidade de diálogo tanto com o produtor quanto com o comprador, e assim, medir a validade e a adequação de seus métodos de trabalho.

Da mesma forma, as empresas de serviços (transporte, armazenagem, despacho, etc) puderam ali aiquidar os requisitos da nova fase em que entra nosso comércio internacional e derivar ensinamentos que, certamente, levarão ao aprimoramento das estruturas empresariais vigentes.

Aspecto importante neste setor foi o contato direto entre empréstimos de serviços visitantes e os seus colegas brasileiros, que já está conduzindo a importantes transferências de "know-how" específico para nossas empresas.

Órgãos oficiais ligados à exportação e presentes à feira puderam também enriquecer, em grande escala, seu acervo de experiências concretas e preparar-se convenientemente para o período post-feira, quando deverá ser grande a solicitação de assistência por parte dos exportadores.

Em termos de Administração Pública a Brasil-Export constitui-se em realização exemplar. Ela resultou, como disse, do trabalho conjunto e harmônico de três ministérios: Fazenda, Relações Exteriores e Indústria e Comércio, assistidos pelo Ministério do Planejamento e com o envolvimento de grande número de órgãos como a Secretaria Adjunta de Promoção Comercial, Embaixadas no exterior, CACEX, EMBRATUR, CDC, etc.

Tem sobradas razões o Governo do eminente General Emílio Garrastazu Médici, para estar satisfeito não apenas pela iniciativa desta grande realização de seu governo, como pelo alto gabarito que a ela souberam imprimir os ilustres colaboradores das diferentes pastas e órgão administrativos responsáveis pela tarefa.

Igualmente lhe terá sido grata a verificação pessoal da capacidade de resposta e de realização do setor privado às iniciativas governamentais que surgem, na hora oportuna e com orientação adequada, para acelerar o desenvolvimento em setores específicos de atividade.

Como homem do Nordeste, só posso regosijar-me com a projeção e a oportunidade que tiveram os produtos de nossa área na Brasil-Export 72, impossível de ser obtida em um trabalho isolado de divulgação para exportação. Como bem observou o Mi-

nistro Reis Velloso, talvez a presença nordestina na Feira tenha sido mais importante para a região do que propriamente os exportadores do Centro-Sul.

O êxito da Brasil-Export não deve ser tomado como o fim de uma tarefa, mas como lição a ser imediatamente aproveitada.

A feira de São Paulo demonstrou que o Brasil já possui condições de exportar manufaturados de relativa sofisticação tecnológica.

É imperioso, assim, dar continuidade ao trabalho iniciado, intensificando e aprofundando a coordenação entre o governo e a iniciativa privada, para o "follow up" dos bons resultados que ela produziu agora.

Se os órgãos oficiais que apoiaram a Brasil-Export continuarem a assistir de maneira integrada os exportadores brasileiros, poderemos desde logo pensar, além das exposições setoriais, em nova Feira no Brasil dentro de dois anos e na realização de promoção idêntica no exterior, possivelmente na área do Mercado Comum Europeu.

As visitas de missões comerciais ao Brasil precisam ser estimuladas, pois os contactos pessoais, as visitas às indústrias e o relacionamento da resultante beneficiam as possibilidades de negócios. Isso, sem esquecer que a estrada do comércio tem duas mãos: não é possível pensar exclusivamente em termos de vender, sem a contrapartida de também comprar. Do intercâmbio nasce o aumento no volume dos negócios.

De qualquer modo, não podemos descansar sobre os lucros conquistados no Anhembi. Nem esse é o estilo dos homens que no governo do honrado Presidente Médici mourem nas Pastas da Fazenda, da Indústria e do Comércio, das Relações Exteriores, do Planejamento e nos diferentes escalações relacionados ao comércio com o exterior.

Do setor privado, só posso dizer, Sr. Presidente, que continuará mobilizado como sempre, para dar o melhor de sua capacidade empresarial a fim de que o esforço conjugado entre o governo e a livre iniciativa, coloque o Brasil a curto prazo na posição que todos almejamos no comércio internacional, como nação de primeira grandeza.

Muito grato a V. Ex.^a e ao Senado. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guiomard — José Esteves — Wilson Gonçalves — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Eurico Rezen-

de — João Calmon — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Orlando Zancaner — Emíval Caiazzo — Accioly Filho — Antônio Carlos — Celso Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Encerrada a Hora do Expediente.

A Ordem do Dia de hoje é constituída de Trabalhos das Comissões.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alexandre Costa.

O SR. ALEXANDRE COSTA PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGE A REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs Senadores, na tarde de ontem pretendímos falar sobre a Exposição Agropecuária de Goiânia; no entanto, fomos forçados a seguir o eminente Senador Nelson Carneiro quando evocava as belezas da primavera e o desabrochar das flores.

Hoje preparamos um discurso sobre as obras do Governo do Distrito Federal, e eis que o nobre Senador Nelson Carneiro volta, agora não a evocar a primavera e as flores, mas dar a esta Casa e à Nação um verdadeiro suplemento dominical sobre crochê, assunto de que eu me confessava ignorante. Tenho medo mesmo, Sr Presidente, de falar em crochê correio de ser enrolado nos novelos ou na melhor das hipóteses, perder o fio da meada.

Só não concordo com o cerne de seu argumento de que é hora de se aprender crochê. A tecnologia moderna eminente Senador, supera em muitos arremates de Channel e nos permite dispensar o crochê tunisiano ou crochê simples. A tecnologia faz pontos de marca perfeitos; faz desenhos e arabescos magníficos. Não é hora de aprender crochê. As outras espécies de crochê, eminente Senador, estão desaparecendo. Não faz muito tempo, se fazia crochê em banco, a dualidade das compensações eliminou o crochê bancário. Há muito pouco tempo se fazia o crochê de palavras, e se confundia esta Nação com palavras ocas, com agitação de problemas que não condiziam com o bem coletivo. Também está no fim este tipo de crochê.

É hora, realmente, de levantar-se os grandes problemas nacionais como está fazendo a aguerrida Oposição, no seu chamado plano anti-pacto. É hora de discutir PIS; é hora de discutir PIN; é hora de discutir Transamazonica; é hora de discu-

as vantagens ou as eventuais desvantagens do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Como confessei inicialmente, Sr. Presidente, não sou versado em crochê. Por isto, perdoe-me o eminente Senador Nelson Carneiro, e passo ao meu pronunciamento.

Não sou, Sr. Presidente e Srs. Senadores, afeito a necrólogos. Resisto até onde posso aos discursos laudatórios e personalísticos mas, se é nossa missão, nesta Casa, por vezes, criticar homens públicos; se é nossa missão, nesta Casa, criticar atos governamentais — como critiquei, desta tribuna, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária quando, inexplicavelmente, colocou em Brasília uma Coordenadoria Regional, colocando em segundo plano os interesses de Goiás e Mato Grosso, — também é importante que reconheçamos naqueles homens, cientes e conscientes de suas responsabilidades, dos seus deveres públicos, e o revelemos à Nação, o esforço que desenvolvem em prol da coletividade.

Brasília, a decantada Brasília de todos nós, é uma cidade que tem problemas sérios. É uma cidade que luta contra um orçamento pequeno e com obras imensas a realizar. É uma cidade habitada por uma população exigente que exige do seu Governador um desdobramento imenso na solução dos seus problemas.

Tive, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a satisfação de visitar, na semana passada, em companhia de S. Ex.^a, o Governador Hélio Prates da Silveira, inúmeras obras que seu Governo está realizando em Brasília, e pude constatar que S. Ex.^a tem realizado, de fato, um imenso e extraordinário governo.

Aquela obra pública que, antes, plantada no simples cerrado, tinha uma significação imensa, hoje, já plantada numa cidade sedimentada e com outros problemas a resolver, pode não ter a mesma significação política e pode não tentar a publicidade dos jornais como ontem.

Tive oportunidade, Sr. Presidente, de visitar o Centro de Abastecimento de Brasília, obra que significa um governo, obra que enaltece uma cidade, obra que significa muito para o interesse coletivo; vi o Hospital de Taguatinga, obra arquitetônica das mais extraordinárias que me foi dado ver até o dia de hoje, e que representa solução definitiva não para hoje mas numa projeção de "n" anos para a progressista cidade-satélite de Taguatinga. Vi o grande autódromo que vai ter, por certo, Emerson Fittipaldi na sua inauguração a percorrer as pistas e a mostrar à população brasileira o que representa hoje nossa única glória do esporte internacional. Visitei ainda o estádio, construção digna de nota.

Sr. Presidente, se eu fosse descer aos detalhes de cada uma dessas obras visitadas, sejam elas do setor de saúde, sejam do setor agrícola, sejam das pavimentações, por certo tomaria muito tempo desta Casa. No entanto, para que fique registrado nos Anais do Senado Federal, é preciso se enfatize a realização de um governo que dirige uma cidade que até 1969 tinha 530 mil habitantes e hoje tem cerca de 630 mil; uma cidade que tinha, em 1969, 28 mil veículos e, em 1972, tem 62 mil; cidade que demanda um consumo de energia elétrica da ordem de 64 mil kwa e hoje tem uma demanda de mais de 110 mil kwa — por certo, essas modificações resultam de grandes dificuldades a serem transpostas. No instante em que o Governo do Distrito Federal, dirigido pelo eminente Coronel Hélio Prates da Silveira, realiza serviços extraordinários, pela comparação de números até 1969 com os existentes em 1972, podem verificar os nobres Senadores que na maioria dos casos eles dobraram. Por exemplo: a rede de água potável, em metros lineares foram instalados em Brasília, desde a sua fundação, 1.581.911 metros lineares, e de 1969 a 1972 alcançou-se o número de 2.029.058 metros lineares. A rede de esgotos, que estava na ordem de 605.850, passou a 897.367. A rede de águas pluviais, que atingia 88.077 metros lineares, passou para 251.699 metros lineares. Os leitos hospitalares foram elevados de 1.050 para 1.660, sem contar o Hospital de Taguatinga. As rodovias pavimentadas saltaram de 116 km para 209 km. Os telefones instalados eram da ordem de 15.530 aparelhos, e passaram para 29.305. As casas populares, que até 1969 eram 6.610, foram para 10.522, e se encontram em construção nada menos de 15 mil novas casas populares. O volume em toneladas da coleta de lixo era da ordem de 42.032 toneladas, e foi para 96 mil, já estando instalada uma usina de tratamento com capacidade para 200 mil toneladas. Os gramados, os célebres gramados, tão decantados de Brasília, eram, em metros quadrados, até 1969, ... 2.199.206, para ser exato. Em junho de 1972, alcançaram 4.475.790 m². As matrículas nos estabelecimentos secundários e primários que eram, desde a sua fundação até 1969, 109.946, representam hoje mais de 180 mil matrículas. As salas de aula, que eram 1.134, hoje ultrapassam a casa dos 2.200.

Em verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Governo do Distrito Federal está preocupado com o crescimento desta cidade. O Governo do eminente Coronel Hélio Prates da Silveira está, como disse no início do meu pronunciamento, ciente e consciente das suas responsabilidades. Despreocupado com a publicidade, despreocupado até com as inaugurações oficiais pomposas, vem transfor-

mando Brasília, vem dando a Brasília a condição real de Capital da República, vem dando a Brasília as obras de que Brasília necessita para representar aquilo que foi o seu ideal: a grande Capital brasileira, a grande Capital do mundo contemporâneo. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo registrar o 37º aniversário da Rádio Tupi, da cadeia Associada, do Rio de Janeiro.

Ainda ontem, neste plenário, o ilustre representante de Pernambuco, o Senador Paulo Guerra, trazia ao Senado, a auspiciosa notícia, de ter o mais antigo jornal da América Latina, o "Diário de Pernambuco", lançado em Recife uma edição vespertina, com grande sucesso. A Rede Associada está em festa.

Trata-se de uma emissora criada pelo grande Assis Chateaubriand, o ex-Senador da Paraíba, o genial homem de Umbuzeiro, que deixou, indiscutivelmente, neste País, através do seu trabalho, da sua inteligência, da sua cultura e do seu grande amor ao Brasil, obra digna de aplausos, no setor cultural.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, onde estiver o espírito de Assis Chateaubriand, penso vem acompanhando o que deixou no Brasil, confiado a um grupo de homens, seus companheiros diletos, nos quais acredito poderem continuar a sua maravilhosa e indestrutível obra.

A Rádio Tupi do Rio de Janeiro completou, segunda-feira, 37 anos de existência. Durante toda a semana a família Associada, na Capital espiritual do Brasil, comemora festivamente esse significativo acontecimento.

Sob a direção do Dr. José Mauro, brilhante jornalista e que vem conduzindo aquela emissora com o seu esmerado tino administrativo e excepcional operosidade, daí a sua proclamada ascensão. O seu espírito de equipe lhe valeu reunir naquela emissora um grupo selecionado de primorosos animadores de programas e excelentes locutores, o que permitiu, de acordo com estudos do Ibope estar ela colocada em segundo lugar entre as emissoras de maior audiência no Rio de Janeiro — Ela é pioneira, segundo afirma ao meu lado o Senador Nelson Carneiro.

Não podemos deixar de destacar, entre os melhores elementos da Tupi, por exemplo a atuação de Alberto Curi, para não citar todos que com seus admiráveis requisitos ali atuam.

No setor esportivo, a figura magnífica de Rui Porto, com aquele seu so-

taque gaúcho, com audiência extraordinária na Capital em que se ama o futebol, o Rio de Janeiro, e podemos dizer também no resto do Brasil onde é tão bem ouvida aquela Associada especialmente nas grandes festas esportivas.

Eu, por exemplo, em Brasília, ouço diariamente todos os programas da Rádio Tupi, através de um transistor que temos em nosso apartamento.

Seria longo citar nesta ligeira homenagem todos os trabalhos da Tupi.

Sei que também tem extraordinária audiência o programa do conceituado astrólogo paulista Omar Cardoso, diariamente ouvido em toda parte do País.

Há um grande animador de programas, o locutor matinal Antônio de Almeida, que merece ser destacado e que é conhecido no Rio de Janeiro, como "Antônio de Almeida Show" porque seu programa é da predileção e ouvido pelos homens que trabalham durante a madrugada e acolhe recitações da população carioca e do Estado do Rio que não tem como fazê-la, de um modo geral. Daí a sua grande popularidade que se reflete na preferência dos ouvintes pela Rádio Tupi.

Registrando o 37.º aniversário da Emissora Associada eu evoco nesta tarde a figura de Assis Chateaubriand para homenagear um das suas obras, uma das suas criações, porque como V. Ex.^a sabe, e toda a Casa, o genial Assis Chateaubriand pontilhou este país de jornais, de rádios, e de televisão. Foi um trabalho gigantesco por ele levado a efeito e que dificilmente aparecerá um igual fenômeno humano como ele o foi no Brasil.

O Sr. Daniel Krieger — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, eminentíssimo Senador.

O Sr. Daniel Krieger — Creio que a homenagem que V. Ex.^a presta ao grande jornalista Assis Chateaubriand é a mais merecida. Guardo dele, no Senado e na vida pública, a mais saudosa e reverente das recordações. Conservo comigo telegramas, artigos que ele escreveu, cuja nobreza, cuja amizade muito me sensibilizaram. Um deles posso recordar de memória, em que ele dizia: "Muitas vezes fui para o combate sob o comando humano e esclarecido de V. Ex.^a" Era eu UDN, ele era PSD, mas nós dois, acima da UDN e do PSD éramos brasileiros.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminentíssimo representante do Rio Grande do Sul, o meu dileto amigo, Senador Daniel Krieger.

S. Ex.^a é um homem de tanta grandeza que está em condições de julgar, como acaba de fazer a Assis Chateaubriand. Por isso, no momento em

que venho exaltar a sua figura e a sua obra imortal e ciclópica o que não podemos deixar, sempre que houver oportunidade, de fazê-lo afim de motivar aqueles que foram companheiros e são os seguidores de Assis Chateaubriand e estão procurando conduzir as suas notáveis realizações, principalmente agora quando a Rádio Tupi do Rio de Janeiro completa o seu 37.º aniversário vitoriosamente.

Não posso pois deixar de trazer a minha palavra de aplauso ao seu Diretor, Dr. José Mauro, e à sua preciosa equipe e evocar com saudade, com afeto à memória do grande filho da Paraíba, do grande ex-Senador Assis Chateaubriand que tanto elevou o nome de nossa terra e do Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Tem a palavra o Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, esta é uma casa política. Por isso mesmo aqui devem ser recordados aqueles que passaram pela vida pública dando exemplo de capacidade, de inteligência, de dedicação e de amor. Principalmente, quando este alguém integra uma família de homens públicos e faz parte de uma constelação de valores humanos que não podem ser esquecidos. Quero referir-me, Sr. Presidente, às cerimônias que, neste momento, ocorrem no Rio Grande do Sul para reverenciar a memória do ex-Primeiro-Ministro Francisco Brochado da Rocha.

O Sr. Daniel Krieger — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Daniel Krieger — Quero associar-me a V. Ex.^a na homenagem que presta, não ao político de quem eu divergi, mas respeitei; mas ao colega de turma, ao amigo fraterno e jurista de primeira água, ao homem de bem que foi Francisco Brochado da Rocha. Guardo dele, no fundo do coração, a maior saudade, porque ele foi um dos meus melhores amigos.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito exalta e ilustra este discurso o depoimento do nobre Senador Daniel Krieger, que o conheceu melhor do que nós, porque o conheceu nos bancos acadêmicos e com ele conviveu durante longos anos.

Sr. Presidente, era ele filho de um Prefeito que deixou nome na cidade de Porto Alegre; lá está a Avenida Otávio Rocha, a recordar-lhe o trabalho e a eficiência.

Seus irmãos também deram de si, quanto possível, à carreira política. Um deles, o Deputado José Diogo Brochado da Rocha, de quem tive a honra de ser colega na Câmara dos

Deputados, ali liderou por vários anos o Partido Trabalhista Brasileiro.

Outro irmão, Antônio Brochado da Rocha, Professor eminentíssimo, integrou o Tribunal de Contas da União. O mais jovem, que é o Dr. Geraldo Rocha, também se deu às lides partidárias.

Mas, não parou aí a projeção da família na vida pública: ainda até a legislatura passada, tivemos a felicidade de conviver com o filho do saudoso Ministro Brochado da Rocha, o Deputado Otávio Caruso Brochado da Rocha que, desta vez, não quis pleitear os votos dos seus concidadãos, exatamente para ser fiel às próprias convicções políticas.

O Sr. Amaral Peixoto — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Amaral Peixoto — Sr. Senador Nelson Carneiro, não poderia silenciar neste momento, porque, ao longo de minha vida pública, tive contatos com as mais eminentes figuras deste País. Mas confesso a V. Ex.^a que em sinceridade, honestidade de propósitos e patriotismo, nenhum excedeu a Francisco Brochado da Rocha. Quando veio para Brasília, organizar o Governo, tarefa em que nenhum político experimentado poderia conseguir êxito naquele momento, ele o fez sabendo antecipadamente das suas dificuldades. Mas não recuou, enfrentou o problema e procurou conseguir o maior apoio possível, vendo que uma onda de intranqüilidade já se aproximava. Francisco Brochado da Rocha tinha consciência perfeita das dificuldades que estavam diante dele, mas não recuou. Ele já estava doente. Logo depois, falecia. Homem que assim procedeu, deixou em mim marca definitiva e tornei-me, ao fim de sua vida, admirador incondicional de suas grandes qualidades. Era o que eu queria registrar nas palavras de V. Ex.^a Muito obrigado.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito me honra a intervenção do eminentíssimo Senador Amaral Peixoto.

Deputado estadual, professor laureado na Faculdade de Direito de Porto Alegre e seu professor de Direito Constitucional, ex-Secretário de Estado da Educação, Justiça e Economia; Deputado à Assembleia Constituinte de 1946, no Rio Grande do Sul, coube a Francisco Brochado da Rocha, num momento difícil, os encargos de Primeiro-Ministro, no sistema parlamentar. Não lhe dei meu voto. De seu governo divergi. Isto não impede que, hoje, eu lhe preste a homenagem do meu respeito e da minha admiração. Somos todos homens públicos que nos encontramos: nos afastamos, mas devemos, no mo-

mento próprio, fazer justiça àqueles que realmente a merecem pelos serviços que prestaram ao País. Para terminar a vida de um homem que se dedicou, desde a mocidade, à carreira política, para o que se preparara como professor e advogado brilhante, faltava que ele findasse os dias da sua existência em meio à luta. E foi assim que morreu — em pleno comício político.

A esse saudoso brasileiro, Sr. Presidente, membro de uma família de homens públicos, que dedicou sua vida à causa pública, quaisquer que sejam as divergências que marcaram nosso passado, aqui deixo — e acredito interpretar o sentimento de todos os Senadores — a nossa homenagem e o nosso respeito. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lindoso.

O SR. JOSÉ LINDOSO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República, hoje estará inaugurando o primeiro trecho de 1.254 km. da Transamazônica, ligando Estreito, em Goiás, a Itaituba, no Pará. A estrada rasga a selva, domina-a, imprimindo-lhe o selo da presença humana, no supremo dom concedido ao homem de sujeitar a natureza ao seu serviço para dar testemunho de Deus na proclamação de sua glória.

Os trabalhos da segunda etapa, partindo de Itaituba, às margens do Tapajós, até Humaitá, às margens do Madeira, no Amazonas, prosseguem em ritmo acelerado. E o completo traçado da estrada lembra bíblicos braços distendidos da orla do Atlântico, em João Pessoa ou Recife, às faldas dos Andes, além de Cruzeiro do Sul, no Acre.

O destino nos reservou importante responsabilidade que é a de conservar unido o nosso País, fazê-lo grande, na realização da paz e da prosperidade, sob o signo do direito e da justiça.

Vimos profiando em cumprir essa luminosa tarefa. Ontem, as bandeiras, penetrando o sertão e traçando os contornos do País. O império nos legara a unidade política ao preço do espírito de conciliação, e, na República, se cristalizaria a consciência da nacionalidade.

Nesta segunda metade do século, a posse do sertão e a sua incorporação econômica e social à parte Centro-Sul, nos sítios do progresso, constituiram aspirações maiores do povo.

Brasília, plantada neste Planalto, é cidade e é bandeira, força e idéia desse progresso de incorporação dos imensos vazios. A Belém-Brasília, a

segunda lição de audácia nesses nossos tempos.

Com a inauguração desse trecho da Transamazônica, já preparado e em condições de tráfego, como via de penetração e ante múltiplas frentes de trabalho que investem contra a floresta, todos confiamos que a Estrada do Século será concluída dentro de poucos anos. As lições de audácia se revelam e se sucedem na história da construção desta nação, em lances empolgantes.

Não quero, Senhor Presidente, ao registrar o acontecimento, limitar-me a enaltecer o Governo Médici, pois contra ele com o apoio da nação que o tem como intérprete da sua consciência nacional de grandeza.

Realçando com alegria a significação dessa obra, cuja etapa inicial se inaugura, e à qual confiro dimensão épica, assinalo, de logo, para não me embriagar na euforia, que a sua construção está a exigir reflexões sérias e importa em novas responsabilidades que estamos assumindo, sem tibiezas, perante nós mesmos e perante o mundo, no anfiteatro da História.

A Transamazônica vai desencadear fascinante problemática no processo de incorporação física da Amazônia, porque é bom dizer que a integração na realidade psico-social da nação já se fez, nos três séculos de aventuras da gente luso-brasileira naquelas paragens de água e de verde. Não se trata só de jazidas de minério que serão descobertas, de enriquecimento do opulentoso inventário das espécies da fauna e da flora, das qualidades do solo para programas agrícolas ou de pecuária. Além das riquezas que serão reveladas, vamos viver uma experiência de política amazônica em estilo ousado e inaudito, que vimos ensaiando, por vezes sem sucesso, desde quando, em obediência a inciso constitucional, se criou a SPVEA.

Havemos de convir que, cortando a Transamazônica regiões lindas entre o Planalto Central e a Planície Amazônica, vai representar uma nova fronteira demográfica. Quais as repercussões desse fato na Amazônia Ocidental sob o ponto de vista de ocupação? Que significará para o Nordeste cuja seca inspirou o Chefe do Estado Brasileiro a construí-la na busca da Terra da Promissão para aquela brava gente?

Suponho que a Transamazônica vai gerar a necessidade inadiável de construir-se a Grande Perimetral Norte, a acrescer às outras estradas que se articulam na soberba malha rodoviária setentrional, e determinar o planejamento e o estabelecimento de uma política global de colonização para toda a Amazônia, evitando, assim, que a escassa população, de cerca de três milhões de habitantes, disseminada na imensa área além da

Transamazônica, corra para essa estrada, esvaziando-a e suscitando graves problemas para a soberania brasileira.

Teremos de equacionar ao lado dessa política rodoviária a uma política hidroviária, atentos para a verdade de que o rio é vida, além de ser caminho. Estradas e rios configuraram binômio que conjugados e racionalmente usados, serão inquestionavelmente os instrumentos eficazes e eloquentes, nas suas expressões geoecológicas, para a ocupação humana da Hílea.

Mas, não só esses problemas internos poderão ser suscitados. O mundo está voltado para a Amazônia, muitos por idealismo, na linha de um conservacionismo paradoxalmente lirico e científico, uns tantos escondendo ambições imperialistas não nitidamente expressas, todos, no entanto, curiosos de como vamos usar os seus recursos, sem que isso implique na devastação da floresta e na arte satânica de criar desertos.

Sobre isso — é verdade — estamos alertados e conscientes. Precisamos consequentemente manter sistema de permanente pesquisa e estudo para que a Amazônia nos seja útil, e útil seja ao mundo carente de alimentos e matérias primas, com uso correto de suas extraordinárias potencialidades nos clássicos reinos da natureza.

Vejo, nesse passo, para as universidades plantadas na selva, fascinante objetivo e será terrível se elas não se voltarem para isso com seriedade, por um imperativo de criar as condições de interivivência entre homem e natureza, na elaboração de uma extraordinária civilização tropical.

Assim, nesse meio gigantesco, o brasileiro desenvolverá a sua empresa civilizadora, ainda neste Século XX, consciente de que habita o Planeta Terra, no país Brasil, e que a técnica a serviço de sua inteligência tem por finalidade construir um mundo melhor, agora, já não só como expressão de equilíbrio de valores morais, mas, igualmente, de valores ecológicos, para assegurar a perenidade da vida nestas paragens.

São estas, Sr. Presidentes, Srs. Senadores, as considerações que me ocorrem na hora em que o senhor Presidente Médici inaugura a estrada Estreito-Itaituba, parte da Transamazônica, e sendo da Amazônia, na minha sensibilidade telúrica, antevendo o futuro, apresento à Sua Excelência congratulações, pois essa obra definirá o seu governo através dos tempos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando os Srs.

Senadores para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 33, de 1972 (n.º 814-B/72, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar 5.000 (cinco mil) sacas de café dos estoques governamentais, como contribuição do Brasil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), relativa ao período de 1973/1974, tendo PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs 363, 364 e 365, das Comissões: — de Relações Exteriores; — de Economia e — de Finanças.

z

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem n.º 170, de 1972 (n.º 267/72, na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas e 25 minutos.)

ATA DA 112.ª SESSÃO EM 27 DE SETEMBRO DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária

da 7.ª Legislatura

EXTRAORDINÁRIO

PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA

As 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guilmard — Geraldo Mesquita — Flávio Brotto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinárt Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Caval-

cante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Louival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenber — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Pexoto — Paulo Torres — Nelson Carneiro — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Orlando Zanacaner — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi Accioly Filho — Mattos Leão — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 33, de 1972 (n.º 814-B/72, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar 5.000 (cinco mil) sacas de café dos estoques governamentais, como contribuição do Brasil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), relativa ao período de 1973/1974, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs 363, 364 e 365, das Comissões:

— de Relações Exteriores;
— de Economia e
— de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerrei a discussão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à sanção

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 33, de 1972

(DE INICIATIVA DO SR.
PRESIDENTE DA REPÚBLICA)
(N.º 814-B/72, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a doar 5.000 (cinco mil) sacas de café dos estoques governamentais, como contribuição do Brasil ao Programa Mundial de Alimen-

tos (PMA), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), relativa ao período de 1973/1974.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É autorizado o Poder Executivo a doar, por intermédio do Instituto Brasileiro do Café, como contribuição do Brasil, relativa ao período 1973/1974, 5.000 (cinco mil) sacas de café dos estoques governamentais ao Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, para uso em programas assistenciais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) —

Item 2:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem n.º 170, de 1972 (n.º 267/72, na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Tratando-se de matéria a ser apreciada em sessão secreta, de acordo com o art. 405, alínea h do Regimento Interno, peço aos Srs. Funcionários que tomem as providências de direito.

(A sessão transforma-se em secreta às 18 horas e 45 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Lembro aos Senhores Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se amanhã, quinta-feira, às 9 horas e 50 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados e destinada à apreciação do Projeto de Lei n.º 7, de 1972 (CN).

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 102, de 1972, de autoria do Sr. Senador Magalhães Pinto, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso do Dr. Raul de Araújo Lima, na solenidade comemorativa dos 150 anos da Independência do Brasil, realizada na Associação,

Comercial do Rio de Janeiro, tendo

PARECER FAVORAVEL, sob n.º 368, de 1972

— da Comissão Diretora.

2

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 297 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado n.º 100, de 1971, de autoria do Senhor Senador Franco Montoro, estabelecendo que todas as pessoas que prestem serviços à Administração Pública, centralizada ou autárquica, terão sua situação jurídica regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que não estiverem amparadas pelo Estatuto dos Servidores Públicos, tendo

PARECERES, sob números 617, de 1971, e 254 de 1972, da Comissão — de Constituição e Justiça

I — Sobre o Projeto: pela Inconstitucionalidade, com voto em separado do Sr. Senador Nelson Carneiro;

II — Sobre as emendas: no sentido de que as emendas apresentadas na discussão preliminar, além de não sanarem o vício ar-guido, são injurídicas.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 42, de 1972 (oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer n.º 310 de 1972), que suspende totalmente o parágrafo 3.º do art. 60º e item II do parágrafo 2.º do art. 62 e as expressões: "através do Poder Executivo" do item IV do parágrafo 2.º do art. 62 da Constituição do Estado do Espírito Santo, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, aos 6 de março de 1968.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lin-denber) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DINARTE MARIZ NA SESSÃO DE 22-9-1972 E QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. DINARTE MARIZ — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores. Estava inscrito para falar no expediente de ontem, prestando uma homenagem ao Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, o Brigadeiro, como nós o chamamos, pois a data de anteontem registrou o seu aniversário. A reunião de uma das Comissões de que faço parte não

me permitiu, entretanto, estar presente ao plenário.

Sr. Presidente, falar sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes é sempre lembrar as páginas de maior pureza cívica com que a sua vigorosa e heróica personalidade vem enriquecendo a história política de nossa Pátria.

Na minha juventude, ouvia falar da figura de Eduardo Gomes, dos 18 do Forte de Copacabana. Posteriormente, a vida pública abriu-me os caminhos que me conduziram até a figura invulgar do nosso homenageado de hoje. Com sua convivência, multiplicou-se em mim a convicção de que vale a pena, a despeito de quaisquer sacrifícios, ser idealista para servir ao seu País.

Jamais alguém em nossa terra terá tido oportunidade de demonstrar maior fortaleza de ânimo, maior heroísmo, maior convicção, na defesa dos legítimos interesses da Pátria.

Não foi em vão que Deus lhe poupou a vida, na epopeia de Copacabana, deixando-o como símbolo dos ideais daqueles bravos que caminharam para a morte, pensando no Brasil.

O seu nome é uma legenda e a sua vida já se confunde com a do profeta que, há 50 anos passados, pensou no Brasil de hoje. A luta contra o poder oligárquico; a integração da Amazônia iniciada pelos caminhos do espaço; regime republicano-democrático forte; combate à demagogia; extirpação da corrupção; integração econômica; equilíbrio social; política externa independente; enfim, radical reforma nos hábitos da política e da administração, foi o juramento dos que há meio século passado empenharam a vida ao iniciar a caminhada que nos conduziu aos dias atuais.

De Eduardo Gomes poderíamos dizer que tem sido, no decorrer da sua já longa vida pública, um constante defensor das liberdades públicas, sem permitir, entretanto, que exploradores e aproveitadores de situações fundam esse princípio com licenciosidade, provocadora da desordem, o que ele sempre combateu.

Duas vezes candidato à Presidência da República, sem lograr êxito, transformou sua campanha na mais alta e autêntica pregação democrática, merecendo dos seus próprios adversários o respeito e a admiração.

Na defesa da integração do nosso território, criou o Correio Aéreo Nacional, propiciando que as nossas aeronaves chegassem aos recantos mais distantes da esquecida Amazônia, onde uma parcela da população vivia marginalizada.

Certa vez ouvi do ex-Presidente Café Filho, que o havia convocado para o seu Governo, numa hora grave por que passava o País, a seguinte

afirmativa: "Este homem é um misto de herói e de santo". Café, que não o conhecia bem, com a sua convivência pôde sentir as excepcionais virtudes cívicas e privadas que lhe são inatas.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com prazer.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Nobre Senador Dinarte Mariz, fazendo o registro do aniversário do Brigadeiro Eduardo Gomes, V. Ex.ª fala em nome também da Aliança Renovadora Nacional. O ex-Ministro da Aeronáutica, o Líder político que foi o Brigadeiro Eduardo Gomes, hoje constitui um patrimônio moral desta Nação. Daí a expressão singular de que se reveste a palavra de V. Ex.ª, que é a palavra do nosso Partido, numa homenagem de coração e de reconhecimento cívico pelos altos serviços que, pelo seu espírito, pela sua dedicação, pela sua nobreza de caráter, o Brigadeiro Eduardo Gomes tem prestado ao Brasil.

O SR. DINARTE MARIZ — Agradeço a V. Ex.ª, nobre Senador José Lindoso, pela honra do aparte e manifesto o meu contentamento pela delegação que me dá para falar também em nome do nosso Partido: a Aliança Renovadora Nacional.

O SR. RUY CARNEIRO — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer, Senador.

O SR. RUY CARNEIRO — V. Ex.ª está rendendo um preito de homenagem ao grande brasileiro Brigadeiro Eduardo Gomes, figura das maiores da nossa República, pela sua conduta, pela sua integridade e pelo seu grande patriotismo. Basta V. Ex.ª verificar o último pronunciamento que o grande cidadão fez perante o Congresso Nacional, para saber o que vai na alma de brasileiro, de militar e de democrata do Brigadeiro. Amigo pessoal de S. Ex.ª, já lhe transmiti, anteontem, como faço há muitos anos, uma mensagem congratulatória pelo transcurso do seu aniversário. No momento em que V. Ex.ª, ilustre representante do Rio Grande do Norte, falando também em nome do Nordeste, traz seus aplausos muitos oportunos ao grande brasileiro, quero solidarizar-me com V. Ex.ª e levar também nossos aplausos por suas palavras em homenagem ao Brigadeiro Eduardo Gomes.

O SR. DINARTE MARIZ — O aparte de V. Ex.ª, nobre Senador Ruy Carneiro, muito me honra, pois vem testemunhar o apreço e o respeito que o Brigadeiro Eduardo Gomes merece do povo brasileiro. Ninguém me-

lhor e mais insuspeito do que V. Ex.^a para se manifestar solidário com a homenagem que estamos prestando ao herói dos nossos dias, pois sempre militou, politicamente, em campo oposto ao seu.

Já agora posso interpretar o sentimento de todo o Senado, o que significa para mim um prazer e uma grande honra.

Das inúmeras mensagens que ontem recebeu, uma merece destaque, assinada que está por dezenas de oficiais de sua arma, e redigida nos seguintes termos: "O encanto da vida está na força da nossa vontade e na graça de nossa crença interior. Pela fé o homem se realiza e se torna útil aos outros homens. Pelo amor às suas obras se perpetuam. Estes foram os ensinamentos que os seus 76 anos de vida legaram aos homens da Força Aérea Brasileira, agradecida àquele que exemplificou como voar com as asas da sabedoria e do sentimento. Parabéns". Ai está a manifestação de sua classe, que se confunde com a sabedoria bíblica e o faz, em vida, o seu maior patrono.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é a figura do Brigadeiro Eduardo Gomes, o precursor da Revolução brasileira.

Depois da consolidação da República, 1922 marca, no seu calendário, a primeira revolução democrática no País, primeira e última, pois todas as demais se inspiraram nas idéias e no sacrifício dos que mancharam com o seu sangue generoso as areias de Copacabana.

Em meu nome, do meu Partido, e do Senado — o que significa dizer de toda a Nação, pois os que aqui estão, aqui chegaram pelo voto majoritário do povo brasileiro —, pedimos a Deus que continue protegendo a vida lendária do Brigadeiro Eduardo Gomes. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é vivamente cumprimentado.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. PAULO GUERRA, NA SESSÃO DE 26-9-1972 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PAULO GUERRA — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, desejo trazer ao conhecimento desta Casa um fato que registro com a maior alegria e esperança, especialmente para nós nordestinos, representado pela oportuna resolução da direção do *Diário de Pernambuco*, veterano órgão da cadeia Associada, trincheira onde o nosso saudoso amigo Assis Chateaubriand consolidou a sua liderança dentro do jornalismo brasileiro, fazendo publicar, todas as segundas feiras, uma edição matutina do mais antigo Jornal da América Latina, de relevantes serviços prestados aos grandes movimentos cívicos do Estado e do País.

Sabemos, Srs. Senadores, que os dois principais órgãos da Imprensa pernambucana — quer o *Jornal do Comércio*, ainda hoje sob o comando do Dr. F. Pessoa de Queiroz, que durante a última legislatura tanto enriqueceu com o brilho de sua inteligência não somente os Anais desta Casa, mas o cenário da vida pública brasileira; quer o *Diário de Pernambuco*, com 147 anos de magníficos serviços prestados às grandes causas nacionais, integrante da Cadeia Associada, fruto do arrojo, da capacidade, da inquietação criadora, da bravura cívica do ex-Senador Assis Chateaubriand — exercem em todo Nordeste posição de incontestável liderança, não somente pelo acabamento tipográfico, pela sensibilidade na apreciação de todos os fatos ligados à vida nordestina, como também pela seriedade e pelo espírito público que nortearam sempre os respectivos noticiários.

Por isso, Sr. Presidente, ao registrar o aparecimento semanal da edição matutina do velho "Órgãos da Pracinha", como carinhosamente o denomina o povo pernambucano, desejo, citando nomes como o de Nereu Bastos, Antônio Camelo, Wilson Lustosa, Fernando Trigueiro e demais lutadores que acabam de demonstrar confiança no povo pernambucano e nordestino, lançando uma edição pertinente. Perdoe-me, caro Senador Paulo Guerra, a extensão do aparte, mas se impõe que declaremos no Senado da República que o *Diário de Pernambuco* tem penetração surpreendente em todo o Nordeste.

também com todos os que integram a imprensa pernambucana.

O SR. RUY CARNEIRO — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. PAULO GUERRA — Com prazer, eminentes Senador.

O SR. RUY CARNEIRO — Ouço, com emoção, o pronunciamento de V. Ex.^a acerca da feliz e corajosa iniciativa dos bravos dirigentes do *Diário de Pernambuco*, o grande e mais antigo jornal da América Latina, que tanto tem honrado as tradições culturais do Estado de V. Ex.^a o glorioso "Leão do Norte". Era desejo meu fazer este registro para exaltar a louvável iniciativa dos discípulos do genial Assis Chateaubriand, entretanto, o prezado colega e querido amigo teve a primazia, o que me proporcionou profunda alegria, razão por que faço esta intervenção para aplaudir e congratular-me com *Pernambuco*, através de S. Ex.^a e de modo especial com os brilhantes dirigentes do velho *Diário de Pernambuco* — Nereu Bastos, Antônio Camelo, Mauro Mota, Wilson Lustosa, Fernando Trigueiro e demais lutadores que acabam de demonstrar confiança no povo pernambucano e nordestino, lançando uma edição pertinente. Perdoe-me, caro Senador Paulo Guerra, a extensão do aparte, mas se impõe que declaremos no Senado da República que o *Diário de Pernambuco* tem penetração surpreendente em todo o Nordeste.

O SR. PAULO GUERRA — O aparte do eminentíssimo representante da Paraíba não somente honra este registro como também expressa a ressonância do fato que me trouxe à tribuna esta tarde.

Eram estas, Sr. Presidente, as palavras que desejava proferir nesta oportunidade. A imprensa pernambucana, constituída pelos jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Comércio*, que exercem grande influência de liderança na Região nordestina, e a iniciativa do *Diário de Pernambuco*, que hoje registramos, merecem os aplausos da alma democrática, do espírito democrático dos nordestinos e de todos os brasileiros (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

M E S A		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente:	4.º-Secretário:	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Vice-Líderes: Ruy Santos (ARENA — BA) Eurico Rezende (ARENA — ES)
1.º-Vice-Presidente:	1.º-Suplente:	Antônio Carlos (ARENA — SC) Dinarte Mariz (ARENA — RN)
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)	José Lindoso (ARENA — AM)
2.º-Vice-Presidente:	2.º-Suplente:	Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)	Osires Teixeira (ARENA — GO)
1.º-Secretário:	3.º-Suplente:	Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenoir Vargas (ARENA — SC)	LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
2.º-Secretário:	4.º-Suplente:	Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
Clodomir Milet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB) Adalberto Sena (MDB — AC)
3.º-Secretário:		
Guido Mondin (ARENA — RS)		

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Britto
Mattos Leão

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.
Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

José Guiomard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvídio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

Paulo Tôrres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Emíval Caiado
Ruy Santos	Flávio Britto
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tórres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Externas.

9) COMISSAO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES **SUPLENTES**

ARENA	
Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guiomard
Milton Trindade	
Domicio Gondim	
Orlando Zancaner	

MDB	
Benjamin Farah	Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSAO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES **SUPLENTES**

ARENA	
Antônio Carlos	Cattete Pinheiro
José Lindoso	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	
José Augusto	

MDB

Danton Jobim **Adalberto Sena**

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSAO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES **SUPLENTES**

ARENA	
Carvalho Pinto	Milton Cabral
Wilson Gonçalves	Fausto Castelo-Branco
Filinto Müller	Augusto Franco
Fernando Corrêa	José Lindoso
Antônio Carlos	Ruy Santos
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Jessé Freire
Accioly Filho	Virgílio Távora
Saldanha Derzi	
José Sarney	
Lourival Baptista	
João Calmon	

MDB

Franco Montoro	Amaral Peixoto
Danton Jobim	
Nelson Carneiro	

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAUDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

TITULARES **SUPLENTES**

ARENA	
Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco	Wilson Campos
Cattete Pinheiro	Celso Ramos
Lourival Baptista	
Ruy Santos	
Waldemar Alcântara	

MDB

Adalberto Sena **Benjamin Farah**

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Flávio Britto

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Paulo Tôrres

Alexandre Costa

José Lindoso

Orlando Zancaner

Virgílio Távora

Milton Trindade

José Guiomard

Flávio Britto

Vasconcelos Torres

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
— (CSPC)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Tarso Dutra

Magalhães Pinto

Augusto Franco

Gustavo Capanema

Celso Ramos

Paulo Guerra

Osires Teixeira

Heitor Dias

Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Leandro Maciel

Dinarte Mariz

Alexandre Costa

Benedito Ferreira

Luiz Cavalcante

Virgílio Távora

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) **Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.**
- 2) **Comissões Temporárias para Apreciação de Votos.**
- 3) **Comissões Especiais e de Inquérito.**
- 4) **Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).**

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional
— vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM N.º 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

- Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1º pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA
DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

REFORMA ADMINISTRATIVA

(Redação Atualizada)

Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhe deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (DO de 29-2-68); e os Decretos-leis n.ºs 900, de 29-9-69 (DO de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (DO de 21-10-69), e 1.093, de 17-3-70 (DO de 18-3-70).

Índice Alfabético (Por Assunto) — Legislação Correlata

Edição organizada, revisada e impressa pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Preço: Cr\$ 5,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editeda pelo Senado Federal
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS

	Cr\$
— março n.º 1 (1964)	5,00
— julho n.º 2 (1964)	esgotada
— setembro n.º 3 (1964)	"
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	esgotada
— setembro n.º 7 (1965)	"
— dezembro n.º 8 (1965)	"
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro a dezembro n.º 12 (1966)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— julho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967)	"
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— janeiro a março n.º 21 (1969)	5,00
— abril a junho n.º 22 (1969)	5,00
— julho a setembro n.º 23 (1969)	5,00
— outubro a dezembro n.º 24 (1969)	15,00
— janeiro a março n.º 25 (1970)	10,00
— abril a junho n.º 26 (1970)	10,00
— julho a setembro n.º 27 (1970)	10,00
— outubro a dezembro n.º 28 (1970)	10,00
— janeiro a março n.º 29 (1971)	10,00
— abril a junho n.º 30 (1971)	10,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 30 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— julho a setembro n.º 31 (1971)	10,00
--	-------

SUMARIO

COLABORAÇÃO

As Diversas Espécies de Lei

Senador Franco Montoro

Organização Jurídica do Notariado na República Federal da Alemanha (Um Estudo da Solução de Problemas Insolúveis no Brasil)

Prof. A. B. Cotrim Neto

O Congelamento do Poder Mundial

Embaixador J. A. de Araújo Castro

O Planejamento e os Organismos Regionais como Preparação a um Federalismo das Regiões (a experiência brasileira)

Prof. Paulo Bonavides

Aspectos Polêmicos do Estatuto Jurídico da Mulher Casada — Lei número 4.121, de 27-08-62

Prof. Carlos Dayrell

Situação Jurídica da NOVACAP

Dr. Dario Cardoso

Os Direitos Autorais no Direito Comparado

Pro. Roberto Rosas

Perguntas e Reservas a Respeito do Plano de Integração Social

Prof. Wilhelmus Godefridus Hermans

Euclides da Cunha e a Rodovia Transamazônica

Dr. G. Irenêo Joffily

O Senado e a Nova Constituição

Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo

O Assessoramento Legislativo

Dr. Atyr de Azevedo Lucci

Decretos-leis

Dr. Caio Torres

Iniciativa e Tramitação de Projetos

Jesse de Azevedo Barquero

Os Direitos da Companheira

Ana Valderez A. N. de Alencar

Poluição

João Bosco Altoé

— outubro a dezembro n.º 32 (1971), 10,00

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

Política do Desenvolvimento Urbano

Senador Carvalho Pinto

O Problema das Fontes do Direito. Fontes Formais e Materiais. Perspectivas Filosófica, Sociológica e Jurídica

Senador Franco Montoro

A Televisão Educativa no Brasil

Prof. Gilson Amado

RTUY, a Defesa dos Bispos e a Questão do Foro dos Crimes Militares: Duas Retificações Necessárias

Prof. Rubem Nogueira

A Proteção Jurisdicional dos Direitos Humanos no Direito Positivo Brasileiro

Des. Hamilton de Moraes e Barros

Sobre a Metodologia do Ensino Jurídico

Prof. Hugo Gueiros Bernardes

Prerrogativas dos Bens Dominais — Insusceptibilidade de Posse Civil

Des. José Júlio Leal Fagundes

O Instituto de Aposentadoria na Atual Constituição

Prof. Carlos Dayrell

O Apoio Técnico e Administrativo ao Partido Parlamentar

Prof. Sully Alves de Souza

Redução de Custos Gráficos-editoriais

Prof. Roberto Átila Amaral Vieira

Adoção

Ana Valderez Ayres Neves de Alencar

Incentivos Fiscais no Planejamento

Walter Faria

Contabilidade: Ensino e Profissão

João Bosco Altoé

— janeiro a março n.º 33 (1972) 10,00

SUMÁRIO

Homenagem

Senador Milton Campos

COLABORAÇÃO

Fontes do Direito em Suas Modalidades Fundamentais

Senador Franco Montoro

As sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no Direito Português e no Direito Brasileiro

Prof. Otto Gil

Atribuições do Ministério Pùblico no Código de Processo Penal

Dr. Márcio Antônio Inacarato

Do Pagamento por Consignação nas Obrigações em Dinheiro

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

O Adicional Insalubridade-Periculosidade e o Decreto-Lei 389

Prof. Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

Direito do Trabalho e o Direito Penitenciário

Dra. Carmem Pinheiro de Carvalho

Moral, Direito, Profissão

Prof. Antônio Augusto de Mello Cançado

PESQUISA

O Senado do Império e a Abolição

Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO

Consolidação das Leis do Trabalho

Caio Torres

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa

Preço da assinatura anual, que corresponde a quatro números, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Os pedidos de assinaturas e de números avulsos devem ser endereçados ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Caixa Postal 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário, visado, nominal e pagável na praça de Brasília.

Remeteremos números avulsos pelo Serviço de Reembolso Postal, acrescido do valor das despesas de remessa, de acordo com a tarifa postal.

ASSINATURAS DO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre .. Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

**Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20